



A HISTÓRIA DE SANTA CRUZ, RIO DE JANEIRO, CONTADA PELO SEU PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO E CULTURAL

Elizabeth Sá Barreto Lopes Nogueira (1)

1. Arquiteta e Urbanista, FAU-UFRJ, Mestre em Desenho Urbano, FAU-PROURB-UFRJ, Doutoranda, FAU-PROARQ-UFRJ. Professora da Universidade Estácio de Sá desde 2011. Email: elizabethsabarreto@gmail.com

INTRODUÇÃO

O bairro de Santa Cruz, localizado na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, é um dos bairros mais extensos e populosos da cidade. É considerado um bairro periférico do ponto de vista geográfico por se situar no limite oeste do município e afastado do centro e do ponto de vista sócio-cultural e econômico por não figurar dentre as estratégias urbanas de desenvolvimento central e por receber usos considerados não pertencentes a regiões valorizadas. Dentre esses usos, destacam-se o industrial e o habitacional de interesse social em grande escala.

Diferente de outros bairros do Rio de Janeiro, Santa Cruz nasceu como periferia geográfica, mas não sócio-econômica, pois o bairro desde sua origem sempre teve grande importância na sociedade e economia cariocas, fatos que perduram até os dias atuais. Surgiu de uma grande e organizada fazenda agrária e de pecuária diversificada com engenhos e olaria, transformando-se no território com o segundo maior distrito industrial do Estado do Rio de Janeiro. Em seus mais de quatro séculos de vida, o bairro vem sofrendo muitas transformações, mas sempre mantendo essa forte relação com agricultura e indústria.

Percebe-se que a própria comunidade santa-cruzense tem plena consciência desse seu ilustre passado e em defesa da permanência da memória desse bairro, algumas iniciativas já foram tomadas com o objetivo de identificar e evidenciar lugares e arquiteturas que representam o seu espírito. Em 1983 fundou-se o NOPH - Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz, uma entidade com o objetivo de “realizar pesquisas, divulgar a história local, dinamizar a cultura e desenvolver campanhas visando à preservação dos bens culturais da Zona Oeste”¹. Esse Núcleo é responsável por inúmeras atividades que procuram realçar a memória do bairro, para que seus moradores se conscientizem de sua importância.

¹ Informações extraídas do site do Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz - NOPH, disponível em: <<https://noph-santacruzrj.blogspot.com/>>. Acesso em 10 de setembro de 2019.



De fundamental importância para fortalecer a relação dos moradores com a sua memória e reforçar a sua identidade, a criação no bairro do primeiro Ecomuseu² do Rio de Janeiro e segundo do Brasil - o Ecomuseu de Santa Cruz também foi fator importante. Ele foi criado através da Lei Municipal nº 2.354, de 1º de setembro de 1995, e dele fazem parte os seguintes lugares e instituições:

Centro Cultural Municipal Dr. Antônio Nicolau Jorge, antigo Palacete Princesa Isabel; Avenida Matadouro, Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC) Santa Cruz; Ponte dos Jesuítas; Base Aérea de Santa Cruz; G.R.E.S Acadêmico de Santa Cruz; Ser Cidadão; Fonte Wallace; Marco de Léguas nº 11; Construção à Rua Senador Camará nº 340; Rio Gandú; 1º Batalhão da Escola de Engenharia de Combate Villagran Cabrita; Marco nº 7 da Fazenda dos Jesuítas.

Na comemoração dos seus 442 anos em 2009³, O “Projeto Corredor Cultural de Santa Cruz”, elegeu as ‘Sete Maravilhas do Bairro’⁴, reforçando alguns elementos, lugares e arquiteturas do próprio Ecomuseu. Assim, o Projeto de Lei nº 422/2009 da Câmara dos Vereadores Municipal transformou-se na Lei nº 5262 de 2011, que reconhece como de interesse cultural, social e turístico do município do Rio de Janeiro, as sete maravilhas do bairro de Santa Cruz (Figura 1), a saber:

I. Cidade das Crianças; II. 1º Batalhão da Escola de Engenharia de Combate Villagran Cabrita; III. Hangar de Zeppelin - Base Aérea de Santa Cruz; IV. Matriz de Nossa Senhora da Conceição; V. Ponte dos Jesuítas; VI. Catedral das Assembléias de Deus em Santa Cruz; VII. Antigo Matadouro Industrial de Santa Cruz.

²Entidade que se encarrega de estudar, proteger e fazer conhecer a memória coletiva de uma comunidade definida em um certo lugar e sua relação histórica e atual com os recursos ambientais do seu território. É um modelo de museu que opera processos de musealização *in situ*, ou seja, o objeto musealizado não é separado do seu contexto de ambiência, mas o objeto e todo o ambiente, na sua integralidade, são musealizados. Este modelo subdivide-se em: parques naturais, sítios musealizados, museus a céu aberto e ecomuseus.

³ A data de fundação do bairro é a da fundação da fazenda: 1567.

⁴ Eleitas por votação popular nas urnas das escolas do bairro em 2007.

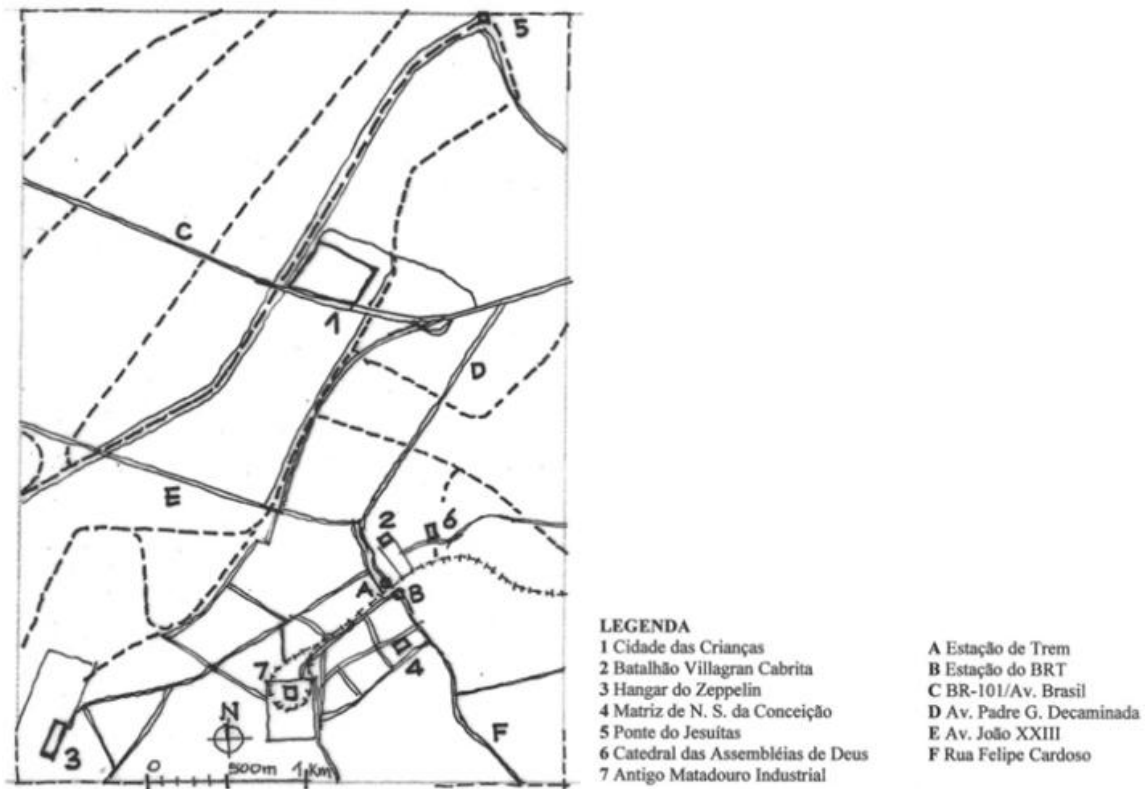


Figura 1 - Desenho de Santa Cruz com as suas 'Sete Maravilhas' Fonte: Desenho da autora, 2019.

O presente trabalho tem a intenção de identificar e apresentar uma seleção do patrimônio cultural de Santa Cruz, principalmente aquele arquitetônico e paisagístico, que possa narrar e transmitir para os moradores e descendentes a história da evolução do bairro. São bens considerados relevantes que reforçam a memória de lugares e momentos importantes, tanto para seus moradores, como para aqueles da cidade do Rio de Janeiro, pela sua grande importância. O bairro deve considerar seu passado cultural e, em virtude das grandes transformações pelas quais está passando, deve estruturar seus espaços públicos de maneira que a construção da Santa Cruz de hoje, pensando em seu futuro, não seja dissociada de seu grande passado.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para compreensão do bairro de Santa Cruz foram feitas duas análises. A primeira consiste na revisão da bibliografia concernente ao bairro de Santa Cruz e seu entorno para se juntar as inúmeras peças de seu importante mosaico histórico. Assim se pode ter uma visão espacial e temporal do seu desenvolvimento. A segunda é relativa a uma análise atual do bairro para se compreender como hoje ele se estrutura, qual sua relação com o passado histórico-arquitetônico e quais as perspectivas de futuro para a região. Para tal adotou-se a



2019
Recife, Petrópolis, Rio de Janeiro

6º Seminário Internacional
MUSEOGRAFIA E ARQUITETURA DE MUSEUS
Pesquisa e Patrimônio

Metodologia de Pesquisa do Grupo SEL-RJ do Proarq da FAU-UFRJ. Através dela são feitos mapas-síntese de cada tema de avaliação, a saber:

Sobre os processos de constituição morfológica e transformação da paisagem;

Vetores de ocupação: atividades econômicas e fluxos;

Evolução da mancha urbana: padrões de ocupação e tipos construtivos;

Planos, leis e agentes de transformação: marcos do processo de ocupação.

Essa avaliação foi complementada com uma pesquisa de campo e um sobrevôo pelo bairro. Assim, além da análise a partir do desenho cartográfico e da iconografia, tem-se a interpretação *in loco* segundo a visão do observador, seguindo o ritmo do seu caminhar, e também, com auxílio de um helicóptero, obteve-se a visão 'vão de pássaro', importante para a compreensão de seus elementos e partes que compõem o bairro e para a visão do todo.

O arco temporal do bairro foi subdividido em seis momentos distintos e importantes de sua história para se identificar e salientar os acontecimentos que transformaram o seu território e definiram seus momentos importantes. O primeiro momento acontece no Brasil Colônia antes dos Jesuítas herdarem a Fazenda (1567-1590); o segundo quando a Fazenda passa a pertencer aos Jesuítas e ocorre grande desenvolvimento (1590-1759); o terceiro acontece depois que os Jesuítas foram expulsos do Brasil e, conseqüentemente, da fazenda, e o Rio torna-se então a capital brasileira (1759-1808); no quarto momento transforma-se na Fazenda Imperial (1808-1889); no quinto momento a Fazenda da República (1889-1960) e no último em Fazenda Santa Cruz do Estado da Guanabara, quando o Rio deixa de ser a capital brasileira, até os dias atuais (desde 1960). O segundo e o quarto momentos são os mais importantes pelo grande desenvolvimento socioeconômico, pelas transformações no território da fazenda e pela repercussão de suas atividades na própria cidade do Rio de Janeiro.

A partir das análises foi feita a escolha dos elementos e partes do território que contam a história de seu patrimônio arquitetônico e cultural, considerando que se deveria valorizar os espaços mais significativos para uso da população. Tais espaços deveriam ser, também, os mais atraentes e que pudessem seduzir tanto os moradores do bairro quanto os habitantes do Rio de Janeiro, isto é, equipamentos locais e citadinos. É muito importante que o bairro tenha memória para que compreenda que é essa a sua ascendência e é o que quer ser.



MOMENTOS HISTÓRICOS

PRIMEIRO MOMENTO (1567-1590)

A região de Santa Cruz – Piracema (‘subida-do-peixe’ ou ‘lugar de muitos peixes’) para os Tupis-guaranis– sempre teve uma localização especializada e privilegiada pela sua planície com deságue de rios e sua frente marítima para a Baía de Sepetiba, protegida pela Restinga de Marambaia. Por isso foi apropriada por assentamentos indígenas, que praticavam sua agricultura de subsistência. Com a chegada dos portugueses ao Brasil a terra foi invadida e conquistada pelos súditos da Coroa, tendo sido doada para o primeiro ouvidor-mor da Câmara do Rio de Janeiro, o português Cristovam Monteiro em 30 de dezembro de 1567, quando tomou posse da sesmaria localizada, então, no município de São Vicente. Monteiro construiu uma habitação, um engenho⁵ de açúcar e uma capela na localidade de Curral Falso, na colina em que se encontra hoje a Paróquia Nossa Senhora da Glória, em frente à Praça Santa Cruz, ao lado do Conjunto Habitacional ‘Cesarão’. Com o falecimento do titular das terras em 1573, seus herdeiros as doaram aos padres da Companhia de Jesus, dando início ao seu desenvolvimento socioeconômico, que não mais parou.

SEGUNDO MOMENTO (1590-1759)

Em 1590, os Jesuítas, de posse da propriedade, fizeram trocas e compras de outras propriedades e passaram a deter um território de grande extensão, que ia de Sepetiba à Vassouras e abrangia a região em que hoje se situa o município de Itaguaí. Na cercania de Santa Cruz tornaram o assentamento anterior de Monteiro em uma grande e organizada fazenda. Os Jesuítas foram fundamentais para a evolução socioeconômica da região, pois além de somarem ao seu território outras sesmarias, fizeram obras de engenharia para controle hidráulico dos campos –conter o fluxo das águas das enchentes do Rio Guandu–, e foram aos poucos transformando o território com seu conhecimento de construção, agricultura e pecuária: construíram valas de saneamento, diques e canais, ponte-represa ou Ponte dos Jesuítas (1752) e importantes vias de comunicação. A referida ponte, também chamada de Ponte do Guandu, é um patrimônio cultural tombado pelo IPHAN, uma espécie de ícone do

⁵ O termo ‘engenho’ refere-se ao mecanismo utilizado para a fabricação do açúcar, no início do processo: a moenda da cana-de-açúcar. Depois o seu conceito ampliou-se e se refere ao assentamento rural responsável pela fabricação: a propriedade, a casa grande, a senzala, o maquinário, a moenda etc. As moendas eram de dois tipos: movido à água ou à tração animal. Posteriormente apareceram aquelas a vapor.



bairro, que se encontra hoje ao lado do rio, não tendo mais a sua função original de dique ou ponte.

Os jesuítas trabalhavam em suas fazendas e arrendavam outras próprias, mas sempre conservando o controle de suas propriedades. Operavam com mão-de-obra escrava, africana e indígena, mas com procedimentos mais respeitáveis para a época. Toda esta estrutura de controle e modificação do território permaneceu, e seus traços identificam até hoje a permanência da ordem religiosa dos seguidores de Inácio de Loyola.

Ao passar dos anos, as vastas áreas alagadas transformaram-se em terras aptas para a pecuária e agricultura, principalmente para a plantação de cana-de-açúcar, que era estimulada pelo Governador, através da doação de sesmarias àqueles que pretendessem implantar seu cultivo nas Capitânicas. Atividades que já estavam sendo feitas nas terras a leste de Santa Cruz sob o domínio da Companhia de Jesus, desde a Fazenda de São Francisco Xavier – a atual Tijuca –, onde estava situado o engenho mais antigo para a fabricação de açúcar, o Engenho Velho, até Santa Cruz. O transporte da produção da fazenda era feito através dos rios e canais, pelo porto de Sepetiba e, principalmente, pela Estrada da Fazenda dos Jesuítas ou Caminho dos Jesuítas, posteriormente Caminho das Minas – um antigo atalho que ligava o Rio ao seu interior – em direção ao centro da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro⁶, que se interligava com outros caminhos ao longo do percurso e com o sistema fluvial.

Os padres construíram a sede da fazenda com capela sobre uma pequena colina, diante de uma praça de forma trapezoidal definida, lateralmente, pelas habitações dos moradores e, por trás, pelas senzalas dos escravos. No entorno havia escola e locais de atividades de trabalho. Na parte mais alta da praça, junto à sede e dominando o espaço da praça, elevaram uma grande cruz de madeira: o cruzeiro, a Santa Cruz. Aquela que daria o nome ao bairro. Posteriormente, já no período Imperial, ela foi substituída por uma menor, cuja réplica é a atual. No espaço do adro da capela e na praça contígua realizava-se em maio uma festa de consagração da Santa Cruz onde todos participavam, inclusive os escravos, com missa, bênçãos, ladainhas e procissão durante o dia e cantorias e danças à noite. A praça, hoje chamada de Ruão, era o lugar de todas as festas e manifestações da Santa Cruz de então (Figura 2).

⁶A estrada corresponde hoje, de leste a oeste, às avenidas Dom Helder Câmara e Ernani Cardoso, Estrada Intendente Magalhães, Avenidas Marechal Fontenelle, de Santa Cruz e Cesário de Melo e à Rua Felipe Cardoso.



Figura 2 - Mapa da Fazenda real em 1834 Fonte: Blog Saiba História. Disponível em: <https://saibahistoria.blogspot.com/2018/02/mapa-da-fazenda-de-santa-cruz_23.html>. Acesso em 15 de setembro de 2019.

Posteriormente, para desenvolver a cultura do lugar, criaram uma escola de música com orquestra e coral, integrados também por escravos, que tocavam e cantavam nas missas e nos eventos da fazenda, assim como no centro da Capitania. O conservatório de música de Santa Cruz deu início a organização instrumental e coral no Brasil. A sede da fazenda, a norte da estação de trem, constitui o principal núcleo da Área de Preservação do Ambiente Cultural (APAC) de Santa Cruz. Ela está a cerca de 3 quilômetros de Curral Falso, no sul, local por onde se entrava na Fazenda e existia um posto de fiscalização de tropeiros e viajantes. Nada fisicamente permaneceu, mas o nome Curral Falso sempre caracterizou a entrada e o ponto de partida da estrada em direção ao centro da cidade. Por ali se entra até hoje no centro de Santa Cruz, quem vem do leste – centro do Rio de Janeiro ou região dos bairros de Guaratiba e Barra da Tijuca – ou do mar, ao sul – Sepetiba.

TERCEIRO MOMENTO (1759-1808)

Com a expulsão dos Jesuítas do Brasil em 1759, o seu grandíssimo patrimônio territorial e imobiliário foi apropriado pelo governo português e ficou subordinado ao Vice-Rei. Ele foi, vendido aos poucos, exceto a Fazenda dos Jesuítas –propriedade e todo o seu patrimônio – que continuou sob a tutela real. A fazenda viveu, então, um grande período de abandono em virtude da perda de eficiência técnica e administrativa pelos novos gestores. Isso



é comprovado pela inexistência de marcos importantes no seu território, que representam esse período.

Antagonicamente, do outro lado de Santa Cruz, a leste no Centro da Cidade, a cidade teve um grande desenvolvimento com a elevação do Rio de Janeiro à condição de Capital do Brasil, em 1763. Em torno do Paço dos Vice-Reis, na Praça XV, que já era antes o Paço dos Governadores, a cidade mobilizava-se e o quadrilátero formado pelos morros do Castelo, S. Antônio, S. Bento e da Conceição, conectados pela Rua Direita, foi expandido na segunda metade do Século em direção sul – Glória – e oeste para o Campo de Santana e Cidade Nova. Surgiram novos bairros e antigas vias transformaram-se em ruas e a urbanização se desenvolveu.

QUARTO MOMENTO (1808-1889)

Com a vinda da família real portuguesa ao Brasil em 1808 e a transferência do governo português para o Rio de Janeiro, a região de Santa Cruz adquiriu uma importância porque passou a ser o seu local de veraneio, sendo o antigo convento pertencente aos Jesuítas reestruturado para se o paço real: Palácio Real de Santa Cruz. Para uma melhor comunicação de Santa Cruz com o centro do Rio e do Palácio da Quinta da Boa Vista, a antiga Estrada da Fazenda dos Jesuítas é melhorada, recebe marcos orientadores e se torna a Estrada Real de Santa Cruz. Em 1817 implantou-se um serviço de carruagens – diligências –, através de um decreto real, para atender aos nobres, que eram obrigados a reuniões e despachos com o rei na Real Fazenda, sua moradia de verão.



Figura 3 - Desenho da Fachada da Antiga Fazenda dos Jesuítas. Fonte: Biblioteca Nacional. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2019/07/rio-450-anos-bairros-rio-santa-cruz>>. Acesso em 02 de novembro de 2019.

O Rei cria uma forte relação com Santa Cruz e procura criar melhorias para dar melhores condições de vivência a todos os moradores. Em 1817 o Palácio está em reforma – conforme desenho de Thomas Ender –, mas não é considerado o grandioso projeto do arquiteto inglês John Johnson com uma grande igreja na parte central ladeada por dois altos



campanários e largas torres nos cantos. O arquiteto tinha feito um acréscimo no Palácio da Quinta da Boa Vista um ano antes. Dando continuidade à vocação agrícola local, D. João VI introduziu o pioneiro plantio da planta do chá com a importação de trabalhadores chineses, no lugar onde é hoje o Morro do Chá. Com o retorno de D. João VI a Portugal em 1820, o Príncipe-Regente D. Pedro prossegue usando a fazenda – ali passa a lua-de-mel com a Imperatriz Leopoldina em 1818 –, que é denominada de Palácio Imperial de Santa Cruz. D. Pedro abdicou do trono em 1831, entretanto seu filhos e parentes continuaram a freqüentar a Fazenda Imperial de Santa Cruz e ofereciam festas, bailes e saraus nos seus salões. Em 1830, para dar mais opções de transporte entre Santa Cruz e o Centro, criou-se o sistema de transporte com carruagem individual – *tilbury*.

Uma série de melhoramentos em Santa Cruz mostra a sua importância e seu pioneirismo na cidade e país. Na década de 1850 implanta-se máquina a vapor no engenho de açúcar. Tem-se notícia que muito antes a inglesa Maria Graham, preceptora da filha mais velha de D. Pedro I, Maria da Glória, registra que em 1823 na Fazenda da Mata de Paciência, no atual bairro de Paciência, existia um engenho de açúcar, com a moenda movida por máquina a vapor, provavelmente uma das primeiras do Brasil. Em 1842 inaugura-se em Santa Cruz a primeira agência dos Correios do Brasil, pela sua posição estratégica como passagem para vários lugares importantes do país, e em 1877 instala-se a primeira linha telefônica da América do Sul comunicando Santa Cruz com o Paço de São Cristóvão. Uma grande transformação acontece quando em 1878 inaugura-se a Estação de Santa Cruz da Estrada de Ferro Central do Brasil, criando-se a comunicação férrea entre Santa Cruz e o Centro do Rio de Janeiro. No ano seguinte inicia-se o transporte de passageiros e carne para o Centro.

Em 1881 criou-se o Matadouro de Santa Cruz, composto pelo Palacete Princesa Isabel – sua sede administrativa –, Vila Operária e Estação de Trem. A linha férrea era usada para fornecer carne da Fazenda para a cidade. O gerador elétrico do Matadouro também abastecia o bairro, o primeiro do subúrbio a ter luz elétrica. Santa Cruz torna-se um pólo comercial recebendo boiadeiros de todo o país. Há um grande desenvolvimento econômico e social – comércio, pensões, restaurantes etc. – e a população mais que se duplica. Em torno da sede administrativa foi criado um jardim com projeto de Auguste François Marie Glaziou. A estrutura industrial é complementada com a criação do ramal ferroviário do Matadouro.

O bairro foi-se transformando e se urbanizando com a construção de ruas, jardins, palacetes, solares, instalações comerciais que foram moldando a sua identidade e construindo a sua paisagem. A importância da Fazenda e de seu bairro, principalmente pela sua relação



com a família imperial, é demonstrada pelo sem número de desenhos de sua paisagem feitos por viajantes estrangeiros: Jean-Baptiste Debret, Thomas Ender, Maria Graham, Benjamin Mary, E. Hildebrandt e outros. Boa parte delas foi feita no Mirante de Santa Cruz, existente até hoje. E, também, pela visita de naturalistas e botânicos como Georg Von Langsdorff e von Martius.

Em 1888, com a libertação dos escravos a Fazenda Imperial tem um declínio, pois sua manutenção é precária e não se tem mais controle do sistema hidráulico dos diques ocasionando inundações e charcos responsáveis pela propagação de doenças, principalmente a malária.

QUINTO MOMENTO (1889-1960)

Com a proclamação da República em 1889, a Fazenda Imperial torna-se Fazenda Nacional de Santa Cruz para abastecer o mercado da capital do país e a sua propriedade passa para a República, quando ali se implanta o Quartel do Corpo de Artilharia. Em 1894 a Companhia de Carris Urbanos ganhou a concessão para as linhas de bonde à tração animal para ligar o Centro de S. Cruz aos outros lugares do bairro, desenvolvendo-se assim o seu interior. Posteriormente, na década inicial do novo século introduz-se a luz elétrica e os bondes permitindo maior densidade populacional e integração entre as várias partes do bairro.

Com o seu desenvolvimento urbano, o bairro de Santa Cruz recebe imigrantes italianos e árabes nas primeiras duas décadas do bairro expandindo o comércio e serviços. O crescimento econômico acarreta também um aumento das atividades sociais e esportivas e entre 1912 e 1918 foi criado Clube de Corridas Santa Cruz, uma sociedade de turfe que concorria com outras mais conhecidas da região da Tijuca e Vila Isabel, principalmente o Derby Club e Jockey Club.

O desenvolvimento econômico da região acontece essencialmente na agricultura. Em 1914 a estrada de ferro é ampliada para Mangaratiba, antigo povoado da Praia de S. Brás fundado em 1616, em virtude de sua grande expansão econômica com a lavoura do café. Nas duas décadas seguintes, 1926-41, implanta-se e se expande o cultivo da citricultura voltada, principalmente, para a exportação. No período de 1928-37 há um saneamento na Fazenda de Santa Cruz e do Rio Guandu pela Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense e são criadas Colônias Agrícolas pelo Departamento Nacional de Povoamento. Atraem-se imigrantes para o Núcleo Colonial, principalmente japoneses, a partir de 1938 provenientes de Mogi das Cruzes-SP, que ocasionou um grande desenvolvimento agrícola nas estradas Retas de São Fernando e do Rio Grande. Os japoneses desenvolveram e fizeram novas experiências na





agricultura local e rapidamente a intervenção nipônica produzia muitos alimentos que abastecia toda a cidade e Santa Cruz tornava-se o celeiro do Distrito Federal. Até hoje existem colônias agrícolas que produzem na Base Aérea de S. Cruz e nos campos de S. Miguel e S. Marcos.

Em 1936 criou-se o Aeroporto Bartolomeu de Gusmão para o pouso de dirigíveis e construiu-se um grande hangar. O Rio de Janeiro conectava-se com a Europa, através da Alemanha, ao receber os dirigíveis Zeppelin e Hindenburg, que faziam escala em Recife. De Santa Cruz ia-se até o Centro da cidade através da conexão com a linha férrea. Esse hangar é um dos últimos para dirigíveis existentes no mundo e pela sua dimensão, qualidade construtiva e importância histórica foi tombado pelo IPHAN em 1998. Esse aeroporto torna-se um aeroporto militar da Força Aérea Brasileira em 1942: a Base Aérea de Santa Cruz.

Em 1946, a antiga sede da Fazenda de Santa Cruz passa a ser a base do 1º Batalhão de Engenharia de Combate, o antigo Batalhão Escola de Engenharia Villagran Cabrita de 1855. Trata-se do edifício mais importante de Santa Cruz pela sua localização – é central e encontra-se sobre uma colina, dominando todo o bairro – e pela sua expressiva e severa arquitetura. Ele é visível desde inúmeros lugares do bairro. Em que pese muitas transformações urbanas por que passaram o bairro, percebe-se que o bairro desenvolveu-se, justamente, a partir desse edifício e da sua praça frontal.

Em 1946 inaugura-se a Av. Brasil, que faz parte do trecho da BR-101 Sul, criando-se uma nova ligação do bairro ao Centro do Rio. O trecho até Santa Cruz só acontece em 1954. Os subúrbios cariocas passam a ser interligados ao Centro por uma via expressa rodoviária, que também o conecta às rodovias para o interior do país: São Paulo, Minas Gerais e Bahia.

Em 1950 inicia-se a construção da atual Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição junto à antiga igreja construída em 1896, depois que a paróquia de Santa Cruz sai da sede da antiga fazenda.

SEXO MOMENTO (1960 até os dias atuais)

Com a mudança da capital para Brasília e a transformação do Distrito Federal em Estado da Guanabara com um grande desenvolvimento econômico pensou-se em criar indústrias no oeste da cidade. Em 1967 decide-se criar o Distrito Industrial de Santa Cruz. Esse processo conclui-se com a inauguração da Zona Industrial de Santa Cruz em 1973 criando condições propícias para uma maior urbanização de Santa Cruz. Nesse mesmo ano inicia-se o processo para implantação do Distrito Industrial de Paciência, com a compra do seu terreno, e no ano anterior o mesmo aconteceu com o de Palmares.



2019
Recife, Petrópolis, Rio de Janeiro

6º Seminário Internacional
MUSEOGRAFIA E ARQUITETURA DE MUSEUS
Pesquisa e Patrimônio

A partir da década de 1970 começam a ser construídos inúmeros conjuntos habitacionais pela CEHab - Companhia Estadual de Habitação, que muito ampliaram a população do bairro, cuja maioria de seus moradores não trabalhavam no bairro, dando-lhe, portanto, um perfil de bairro dormitório.

PATRIMÔNIO CULTURAL

Um bem cultural está diretamente relacionado à sua própria cultura e a sua vida, com suas adversidades e sucessos, têm repercussões no patrimônio arquitetônico e territorial do seu lugar. Portanto o conceito de bem cultural vincula-se ao seu território através de sua estratificação histórica. O tecido urbano e social de uma sociedade reflete sua história, a sua associação e desagregação urbanística e paisagística. Há uma relação que une os homens às coisas e aos lugares que representam, no bem e no mal, a sua própria vida.

A sociedade, como um todo, deve usar socialmente o seu patrimônio através de suas escolas, suas associações sociais e esportivas, seus institutos de cultura e conservação etc. Sem o exercício de seu patrimônio local pela falta de interesse da coletividade por ele e a perda de poder do patrimônio pelas instituições, principalmente públicas – elas devem dar o exemplo – resultam na alienação do patrimônio cultural.

O homem comum tem que ter a noção do seu patrimônio artístico e cultural, seja local ou nacional, como propriedade comum e usável por todos. Não se pode abstrair dele e muito menos não considerá-lo como de grande utilidade do seu cotidiano. O uso, a apropriação ou reapropriação do patrimônio só será possível se existir uma forte gestão que domine o patrimônio e o coloque à disposição, em boas condições, de todos. No caso de Santa Cruz, várias instituições – exército e aeronáutica, prefeitura, rede ferroviária (atualmente sob concessão) e outras – têm que entender que têm um patrimônio muito importante para elas mesmas, mas, principalmente, para a comunidade onde estão inseridos. Devem cuidar bem do patrimônio e cedê-los para uso comum pelos moradores. Deve haver um pluralismo na gestão e participação, cabendo mais à essas forças e àquelas locais uma maior presença e participação das atividades.

É lógico que se deve tutelar e dar mais significado a edifícios e monumentos móveis e imóveis que representem a história de uma comunidade, mas, principalmente no caso de Santa Cruz, não se pode deixar à parte coisas mais complexas como o seu ambiente urbano e, essencialmente, o seu patrimônio natural, que tem uma forte relação com sua história, graças às grandes intervenções paisagísticas feitas pelos jesuítas. São bens culturais ambientais e se



deve evitar a degradação ambiental, o que significa também uma degradação cultural. Existe ainda uma grande extensão com uso agrícola, isto é, um grande campo com atividade econômica. Ele próprio e as intervenções no território feitas ao longo do tempo, principalmente pelos jesuítas, contam a história do trabalho no território: a arqueologia industrial dos engenhos, matadouro e olarias, o sistema viário antigo, as casas e a tradição camponesa, o sistema hidráulico dos canais de irrigação. Um passado concreto com suas traças, que pode ser, na medida do possível, ser 'revivido'.

Deve-se evitar que esse campo se urbaniza aleatoriamente e se torne uma grande periferia *antiurbanas* e, por conseqüência, *antiarquitetônicas*. Tanto o patrimônio arquitetônico e urbano como o paisagístico deve ser tutelado e protegido preventivamente e com o auxílio de um a grande educação de todos, para se evitar a sua restauração e seu salvamento.

A história de um lugar estratifica-se através de seu patrimônio arquitetônico e cultural. Essa história não é feita somente de arquiteturas notáveis e importantes, mas sim, também, por todas as outras construções que fazem parte de sua vida: casas simples, armazéns, depósitos, comércios etc. Assim como deve ser mantido, para que não se perca sua identidade, caminhos, pontes, beira-rios, pórticos, trechos de traçado urbano etc. Para que se tenha um mínimo de identidade é preciso que trechos da cidade mantenham as suas arquiteturas que os caracterizam e os definem, assim como também deve ser mantido e conservados trechos de paisagem. Contar a história de um lugar através de seus bens naturais e culturais deve ser feita com grande sensibilidade porque se lida com a natureza diversa dos objetos e fenômenos relativos ao seu patrimônio.

Uma experiência importante nesse sentido foi aquela de Curitiba, quando fez seu Programa de Preservação da Cidade Revitalização de Sítios Históricos em 1980, com atividades de restauração, preservação, reciclagem de uso, aquisições e obras de paisagismo e iluminação pública. Objetivava-se que “a cidade precisa ser contínuo cenário de encontro das pessoas com sua história, nos diferentes tempos. O homem precisa de sua paisagem.” (1980, p. 7) Com o Programa pretendiam viabilizar alguns espaços muito importantes para Curitiba e com a consciência de que “O uso da cidade pela população com a valorização de seus espaços mais significativos pode ser seu maior atrativo.” (1980, p. 7)

O Plano foi em seguida ao Plano Urbanístico de 1966 “com a preocupação de preservar os valores da cidade e, ao mesmo tempo, promover o seu progresso.” (1980, p. 19) A cidade de Curitiba experimentou três transformações fundamentais: modificação física, o



transporte de massa e o uso do solo em uma única diretriz. Logo depois se seguiu o Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba de 1970.

HISTÓRIA DE SANTA CRUZ ATRAVÉS DE SEU PATRIMÔNIO CULTURAL

Santa Cruz já conta com vários bens tombados pelo patrimônio federal e municipal e Áreas de Proteção Ambiental e Cultural. Dois referem-se a uma área e seus conteúdos: Área de Proteção Cultural de Santa Cruz, contendo o Matadouro, o Morro do Mirante, o Edifício do Batalhão com sua praça e uma série de antigas construções. E a Área de Especial Interesse Urbanístico, com uma abrangência maior e ampliando e contendo a APAC. Além dos imóveis dentro dessas Áreas de Proteção, são bens tombados a Ponte dos Jesuítas e o Hangar do Zeppelin –bens federais. Várias Áreas de Proteção Ambiental já estão definidas nos bairros vizinhos.

Para contar a história de Santa Cruz através de seu patrimônio é preciso pensar o bairro como uma grande estrutura no território, que evoque, principalmente, a antiga fazenda de Santa Cruz. O atual Batalhão, antiga sede da fazenda, deve ser o ponto de partida para lembrar sua história através de seu patrimônio cultural tendo em vista a sua importância histórica, pela sua centralidade geométrica e vizinhança ao centro socioeconômico do bairro. Além disso, está junto às estações de trem e BRT e à Rua Felipe Cardoso, o principal espaço urbano comercial do bairro. A antiga sede, junto com a Praça Ruão com sua visão panorâmica, é um lugar de atração e, ao mesmo tempo, irradiação com um papel muito importante para a identidade do bairro. Ali os jesuítas posicionaram a cruz que deu o nome ao bairro. Também o lado norte, com uma fachada importante pela maior presença da torre central, tem um papel muito significativo, pois está diante de uma grande área que poderia ser mais utilizada, tanto pelo exército quanto pelos moradores, na participação de eventos que pudessem rememorar o glorioso passado de Santa Cruz.

O segundo lugar importante seria o tripé formado pelo Hangar do Zeppelin⁷, o complexo do antigo Matadouro e o complexo composto pela Praça Romualdo, Mirante e Adro da Matriz de Nossa Senhora da Conceição. De uma grande arquitetura aeronáutica a uma

⁷ O Hangar é enorme e tem forte presença na paisagem, pois tem 274m de comprimento por 58m tanto de largura quanto altura e foi construído em 1934-36, segundo o *site* do Ecomuseu. É um dos poucos ainda existentes no mundo, mas há de se destacar o de Lakehurst, N.J., nos EE. UU., que tem um hangar para dois dirigíveis com 294 x 110m de planta com 68m de altura e foi construído antes daquele do Rio, em 1921.



2019
Recife, Petrópolis, Rio de Janeiro

6º Seminário Internacional
MUSEOGRAFIA E ARQUITETURA DE MUSEUS
Pesquisa e Patrimônio

praça junto à Matriz e Av. Felipe Cardoso, por onde passava a Estrada Real. Deveria haver maior conexão entre os três lugares e, principalmente, uma maior relação física e espacial entre a Praça Romualdo – hoje mal cuidada e pouco utilizada – e a colina do Mirante e o adro da Matriz. O complexo do meio, o quadrilátero polifuncional, onde se situa o antigo Matadouro, é bastante importante por conter arquiteturas do passado –ruínas e edifícios em uso – e do presente com atividades esportivas e acadêmicas. Este lugar, por si só, tem uma grande capacidade de ligar o passado ao presente e se tornar, com algumas intervenções que reforcem sua ancestralidade, um sustentáculo social do bairro, principalmente educativo quanto ao seu patrimônio cultural.

Um lugar que deveria ser melhor valorizado e ter uma requalificação urbana é o que antes se chamava de Curral Velho, ou seja, o lugar de entrada da fazenda e, durante algum tempo, o ponto final da estrada dos jesuítas. Hoje é uma praça-ilha, Praça de Santa Cruz, no encontro da Av. Cesário de Melo e Rua Felipe Cardoso, ambas parte do trajeto da antiga Estrada Real. Ali se encontra a igreja de Nossa Senhora da Glória e, ao lado, a estação do BRT. O local encontra-se a cerca de 2,5 quilômetros do complexo Praça Romualdo, Mirante e Adro da Matriz de Nossa Senhora da Conceição.

O terceiro lugar de grande prestígio é o entorno da Ponte dos Jesuítas, ao lado do Rio Guandu. Trata-se de um dos mais antigos monumentos nacionais – tombado em 1937 pelo IIPHAN – e de grande importância na estruturação do território da antiga Fazenda dos Jesuítas. A partir dela controlava-se o fluxo hídrico do Rio Guandu e de toda a infraestrutura de canais criada pelos jesuítas. Encontra-se a 2,5 quilômetros a norte da Avenida Brasil, que dista 2,5 quilômetros da Praça Ruão. Em que pese não ter mais sua função inicial, ponte e dique de controle, e estar ao lado do rio, deveria ser feita uma intervenção maior em seu entorno ao invés de ser tratado somente como um monumento-objeto em meio a um gramado. Para dar-lhe mais sentido, deveria lhe fazer passar a água do rio e tornar o lugar o princípio de um parque regional que continuaria em direção sul entre os canais do Itá e D. Pedro II até se encontrar com a Cidade das Crianças. Dali abrangeria o Campo Jacaré, seria interrompido pelos complexos residenciais Atlanta e João XXIII, e continuaria até encontrar a parte norte do Aeroporto Bartolomeu de Gusmão, junto ao Hangar do Zeppelin.

Para que haja uma maior relação da comunidade santacruzense com o seu patrimônio cultural é preciso o seu pertencimento esteja vinculado à idéia de que é proprietária de todo esse patrimônio, sobre uma coleção de bens: hangar, edifícios



2019
Recife, Petrópolis, Rio de Janeiro

6º Seminário Internacional
MUSEOGRAFIA E ARQUITETURA DE MUSEUS
Pesquisa e Patrimônio

residenciais e industriais, pequenos monumentos, ponte-dique e um parque reintegrando as partes fragmentadas, dando-lhes uma noção de conjunto, um todo, um reliquário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ENGEMAN, Carlos; AMANTINO, Marcia (org.). *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da coroa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. : Garamond, 1999.

PREFEITURA DE CURITIBA. *Cidade de Curitiba programa de preservação da cidade: revitalização de sítios históricos*. Curitiba: Prefeitura de Curitiba, 1980.